

## Antroponímia ficcional: o caso de *Ubirajara*, de José de Alencar

Fictional Anthroponymy: the case of *Ubirajara*, by José de Alencar

Kleber Eckert\*  
Maiquel Röhrig\*\*

**RESUMO:** O presente artigo tem como tema uma abordagem interdisciplinar entre a Onomástica – ciência que estuda os nomes próprios – e a Literatura Brasileira, mais especificamente a prosa indianista de José de Alencar escrita durante o Romantismo. O objetivo central é a análise etimológica e simbólica dos nomes dos principais personagens do romance indianista *Ubirajara*, a fim de verificar se existe uma relação entre o significado do nome e o comportamento ou as características físicas desses personagens. Para tanto, discutem-se conceitos básicos de antroponímia, que é o ramo da onomástica responsável pelo estudo dos nomes próprios de pessoas, bem como questões relativas à forma como os povos indígenas ameríndios, sobretudo os de origem tupi-guarani, nomeavam os integrantes de suas tribos. A análise etimológica dos nomes dos personagens possibilitou que se chegasse à conclusão de que existe uma estreita relação entre o significado dos nomes e as características dos personagens, o que leva a crer que a escolha dos nomes por parte do autor não foi fortuita e, sim, etimológica e simbolicamente motivada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antroponímia ficcional. *Ubirajara*. José de Alencar. Onomástica literária.

**ABSTRACT:** This paper has as its theme an interdisciplinary approach between Onomastics – science that studies the proper names – and the Brazilian Literature, more specifically the Indianist prose of José de Alencar written during the Romanticism. The aim is the etymological and symbolic analysis of the names of the main characters of the Indianist novel *Ubirajara*, in order to verify if there is a relation between the meaning of the name and the behavior or the physical characteristics of these characters. For this purpose, basic concepts of anthroponyms are discussed, which is the branch of onomastics responsible for the study of the proper names of people, as well as issues about the way indigenous Amerindian peoples, especially those of Tupi-Guarani origin, named the members of their tribes. The etymological analysis of the names of the characters made it possible to conclude that there is a close relationship between the meaning of the names and the characteristics of the characters, which leads us to believe that the choice of names by the author was not fortuitous, but indeed, etymologically and symbolically motivated.

**KEYWORDS:** Fictional Anthroponymy. *Ubirajara*. José de Alencar. Literary Onomastics.

\* Doutor em Letras (2014) pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – *Campus* Bento Gonçalves.

\*\* Doutor em Letras (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – *Campus* Bento Gonçalves.

## 1. Introdução

O tema do presente artigo é a antroponímia ficcional com base no romance *Ubirajara*, de José de Alencar. O objetivo consiste em analisar etimológica e simbolicamente os nomes dos personagens principais da obra indianista, a fim de verificar se os nomes possuem relação com as características físicas ou comportamentais desses personagens. Para tanto, inicialmente discutem-se a antroponímia como parte da onomástica e as características do signo onomástico com base em Dauzat (1950), Guérios (1973), Seabra (2006) e Marcato (2009). Além disso, enfatiza-se o papel do nome próprio de pessoa nas sociedades indígenas ou ditas primitivas, a partir das reflexões de Guérios (1973), Lévi-Strauss (1989) e Martins (2002). Em seguida, apresenta-se um breve histórico acerca da antroponímia ficcional, campo a que pertence a antroponímia literária, e ressalta-se a importância da área para estudos interdisciplinares, considerando-se as contribuições de Guérios (1973), Mexias-Simon e Oliveira (2004), Marcato (2009) e Seide (2016).

Após as reflexões do campo da antroponímia, expõem-se as características do Romantismo no Brasil, com destaque para a importância do indianismo, sobretudo em relação à função social da literatura, como pode ser visto na obra de Alencar. Esse autor pensa a questão indígena como elemento importante na constituição da identidade nacional e, tal como outros autores do período, elege o índio como representante do povo brasileiro. Ademais, sintetiza-se o enredo do romance no intuito de situar o leitor a respeito das principais ações e comportamentos dos personagens.

Quanto à metodologia, realizou-se a leitura do livro e destacaram-se os nomes dos principais personagens e as observações do autor acerca do significado de cada um deles, registradas em notas de rodapé ou no próprio corpo do texto. Além disso, procedeu-se à análise etimológica e simbólica dos

nomes dos personagens, a fim de avaliar se existia uma relação entre o significado do nome e as características dos personagens com base em dicionários de nomes e em obras especializadas, como Guérios (1973), Andrade (1984), Barbosa (1986), Obata (1986) e Oliver (2005). Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa, a qual tem sido uma tendência nos estudos de antroponímia ficcional, de acordo com um levantamento efetuado por Seide (2016, p. 1154).

## **2. A antroponímia: o estudo dos nomes próprios de pessoas**

Por tradição, define-se o léxico de uma língua como o conjunto de palavras que a compõe, e ele é o responsável, nas palavras de Seabra (2006, p. 1953), “por nomear e exprimir o universo de uma sociedade”. A lexicologia é a ciência que estuda o patrimônio lexical de uma língua, e dela faz parte a onomástica, cujo objetivo de estudo é a origem, a formação e os significados dos nomes próprios, seja de pessoas, seja de lugares. Chega-se, assim, às duas áreas principais de atuação da onomástica – o estudo dos nomes próprios – a antroponímia e a toponímia.

Conforme já assinalado acima, a onomástica possui dois grandes campos de investigação: a antroponímia e a toponímia. A primeira, também conhecida como antroponomástica, é a que se ocupa dos nomes próprios de pessoas, isto é, os antropônimos. A segunda, chamada também de toponomástica, é a que se refere aos estudos dos nomes de lugar, ou seja, os topônimos. Na perspectiva de Dauzat (1950), existe uma inter-relação entre as duas áreas:

Nomes de lugares e nomes de pessoas sempre tiveram entre eles, e ainda têm, relações de interdependência, mais ou menos indicadas conforme as épocas. Cidade ou aldeia, frequentemente chamadas pelo nome de seu fundador ou do possuidor do domínio em torno do qual uma aglomeração se

formou mais tarde. Em contrapartida, o indivíduo, ou a família, são frequentemente denominados conforme sua localidade, seu município, sua pátria de origem, de acordo com sua propriedade ou conforme tal particularidade de sua residência (DAUZAT, 1950, p. 04).

Embora em outra perspectiva, Seabra (2006) também ressalta a confluência que existe entre a antroponímia e a toponímia. Nas palavras da pesquisadora:

Apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da Onomástica – pessoa e lugar – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no onoma, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo (p. 1954).

Em relação às características do signo onomástico, Marcato (2009, p. 18) apresenta e exemplifica os conceitos de opacidade e transparência desse signo. Um signo onomástico transparente verifica-se quando é possível relacionar, por exemplo, o nome a um elemento do vocabulário de uma língua. Quando essa possibilidade inexistente, é porque o signo onomástico surgiu numa época remota, quando no território em que ocorre esse signo falava-se outra língua. Nesta situação, é possível dizer que o signo é opaco.

Na mesma perspectiva de reflexão, Guérios (1973, p. 16) também discute a opacidade e a transparência do signo onomástico, citando como exemplo de signo opaco o antropônimo Licurgo, que atualmente não lembra o primitivo caçador de lobos. Já um exemplo de signo transparente é o topônimo Bahia, pois uma localidade que assim se chama pode traduzir, de fato e na atualidade, uma baía. Dauzat (1950), por sua vez, chega à conclusão de que

a mudança de valor sofrida pelos nomes próprios no decurso de sua história não é menos sugestiva ao olhar da semântica. A palavra esvaziou-se rapidamente de sua significação primitiva, ela se esterilizou a ponto de não mais ser do que uma etiqueta do indivíduo; não mais a compreendemos no sentido etimológico (DAUZAT, 1950, p. 10).

Com a análise dos nomes utilizados pelos indígenas, inclusive aqueles que são objeto de reflexão do presente estudo, pode ser percebida, não obstante, uma visão um pouco diversa da ideia de o nome ser utilizado somente como etiqueta. O próprio Dauzat (1950, p. 7) afirma que “o valor mágico atribuído às palavras nas sociedades antigas aparecia com uma força particular nos nomes que designavam o indivíduo”. É possível perceber que, nessa interpretação, para o primitivo, não havia separação entre o nome e o ser nomeado, isto é, o nome da pessoa e a pessoa em si eram uma coisa só.

Uma leitura semelhante é apresentada por Guérios (1973), ao explicar que

entre os povos chamados primitivos, o nome é inseparável da coisa e do indivíduo assim designado; faz corpo com ele. Daí o sumo cuidado e respeito que lhe dispensam, atribuindo-lhe valor mágico. [...] E para preservação dos malefícios possíveis, surpresas desagradáveis, senão funestas, os selvagens ocultam os seus nomes aos estranhos, e quando não o fazem, é porque declararam um pseudônimo (GUÉRIOS, 1973, p. 19).

Para Lévi-Strauss (1989), o estudo dos nomes próprios das sociedades primitivas é visto como um problema para os linguistas, pois é preciso conhecer a natureza desses nomes, bem como saber o lugar que ocupam dentro do sistema da língua. Para os etnólogos, os nomes próprios são percebidos da mesma forma como o são pelos linguistas, acrescentando-se que “devemos estabelecer que os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados

por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 194).

Na nomeação dos indivíduos de uma tribo com o nome de um animal, por exemplo, este pode ser sujeito ou predicado, como nos exemplos “O-peixe-move-a-cauda, A-maré-arrasta-os-caranguejos etc.” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 197). O pesquisador esclarece que, independentemente do procedimento utilizado, leia-se sujeito ou predicado, “o nome próprio evoca um aspecto parcial do ser individual – absolutamente e, a título particular, nessas sociedades onde o indivíduo recebe um novo nome a cada momento importante de sua vida” (p. 197).

Lévi-Strauss (1989, p. 194-200) cita diversos povos primitivos e explica como cada um deles se relaciona à escolha dos nomes próprios de seus membros. Na América do Norte e do Sul, há exemplos de povos que escolhem os nomes com base nas relações que se estabelecem com o animal do clã – ele pode ser mencionado expressamente ou é possível evocar um hábito ou um atributo. Já outros povos, como os da Melanésia, escolhem seus nomes próprios dentre os nomes de espíritos, de animais, de corpos celestes ou até mesmo de utensílios e ferramentas. Registram-se também aqueles que fazem a escolha tendo por base a partir de nomes de determinados vegetais, de atividades técnicas ou econômicas, de paz ou de guerra, ou de fenômenos da natureza. Em todos os casos, observa-se uma relação muito próxima ou até mesmo direta entre os nomes e o totem da tribo ou do clã.

Guérios (1973, p. 34-35) afirma que, em relação ao sistema antroponímico dos indígenas brasileiros, assim como ocorria com indígenas de outras regiões e com os povos primitivos, havia a utilização tão somente de um nome (ou prenome), e o uso do sobrenome era-lhes desconhecido. O autor apresenta uma compilação de nomes indígenas de diferentes tribos com base em registros

históricos de diversos pesquisadores. Os pontos em comum, mesmo pertencentes a tribos várias, referem-se à motivação do nome, que dificilmente é usado como mera etiqueta de identificação, tal como ocorre com a maioria dos nomes atribuídos aos brasileiros na atualidade.

Quanto à forma de se chamarem uns aos outros, conforme Martins (2002, p. 150-151), os indígenas brasileiros tinham o costume de fazê-lo usando o nome de parentesco ou de relação social. Não era comum chamar os parentes pelos nomes próprios, e por isso usavam “meu pai!, ó meu tio!; venha, ó minha irmã!”. Ainda de acordo com o autor, os índios consideravam “o sexo da pessoa e o sexo do seu parente; se o parente é paterno ou materno; se o parente é mais velho ou mais moço” (MARTINS, 2002, p. 151).

Martins (2002, p. 147) registra ainda que as línguas indígenas como o tupi deram origem a muitas palavras que foram incorporadas à língua portuguesa e que são hoje comumente utilizadas. Além delas, o autor lembra que vários nomes de lugares e de pessoas têm origem no tupi e que o uso desses vocábulos – nomes comuns e próprios – contribuiu para que se construísse uma identidade nacional. É possível interpretar essa afirmação à luz do que defendeu Dauzat (1950) sobre a importância de se estudar os nomes próprios, sobretudo os nomes de pessoas:

Em todas as épocas, eles oferecem fatos de estratificação e de esterilização geralmente importantes. Fósseis da língua, restos de leitos históricos submersos pelos contributos sucessivos das sedimentações lexicais, eles permitem reconstituir formas e tipos desaparecidos da fala corrente (DAUZAT, 1950, p. 09).

Enfim, Marcato (2009) acredita que, por toda a complexidade que envolve a semântica do nome próprio, é preciso examiná-lo levando em conta também uma perspectiva extralinguística, seja ela diacrônica ou sincrônica. É

preciso ainda considerar a onomástica num diálogo com outras áreas, fora da linguística, tais como a antropologia, a sociologia, a geografia, a história e a psicologia (MIORANZA, 2009). É o que se percebe também em Dauzat (1950, p. 06), para quem “o interesse psicológico e social dos nomes de pessoas é considerável. Para quem sabe interpretá-los, os nomes carregam em sua fisionomia o reflexo, a marca das civilizações passadas”.

No caso dos nomes em análise neste artigo, quais sejam, os nomes de origem indígena da obra *Ubirajara*, de José de Alencar, é possível afirmar que há pais que escolhem o nome do filho a partir dos nomes dos personagens de textos literários. Acerca dessa escolha, Guérios (1973, p. 34) considera que, “influenciados pelas artes, pela literatura, as mães, mais que os pais, buscam dar nomes modernos e de heróis romanescos. Pelas obras de José de Alencar, divulgaram-se: Araci, Juraci, Ubirajara, Iracema, Diva, Peri...”. Chega-se, assim, a um tipo de estudo chamado por Marcato (2009, p. 26) de onomástica literária e por Seide (2016, p. 1154) de onomástica ficcional, a qual pode, inclusive, chegar a criar modas onomásticas, quando nomes literários se tornam famosos e passam a nomear uma grande quantidade de crianças recém-nascidas.

Tanto Marcato (2009, p. 25) quanto Seide (2016, p. 1154) explicam que a onomástica ficcional tem como campo de interesse a análise dos nomes dos personagens das obras literárias, além de haver uma parte dedicada às obras audiovisuais, como o cinema e a televisão. Como parte da onomástica ficcional situa-se, especificamente, a onomástica literária, cujo objetivo primeiro é a análise dos nomes dos personagens das obras literárias e o significado desses nomes para a constituição das características dos personagens. Marcato (2009, p. 25) apresenta o percurso histórico da disciplina, que começou a se desenvolver a partir de 1980 na Itália, com estudos que se ocuparam dos nomes de pessoas e de lugares das obras literárias antigas e modernas, como os



estudos das obras de Dante, Pirandello, Manzoni, Boaccaccio e Petrarca. A autora acrescenta que a onomástica literária adquiriu autonomia – libertando-se da literatura ou da crítica literária – e expandiu as suas pesquisas analisando as diferentes funções que o nome exerce numa obra ou no *corpus* onomástico de determinado autor.

Seide (2016, p. 1156) apresenta, por meio da análise de dez artigos que têm como tema a onomástica ficcional, o caráter uni ou interdisciplinar da abordagem dos nomes, dependendo do enfoque que o pesquisador deseja dar a seus estudos. Para a autora, há pesquisas mais voltadas à literatura, nas quais “o estudo dos antropônimos atua como disciplina auxiliar para resolução de problemas concernentes aos estudos literários” (SEIDE, 2016, p. 1156). Por outro lado, há estudos que aliam o âmbito literário com o audiovisual, chegando-se a um diálogo entre estudos literários e semióticos.

Para Marcato (2009, p. 25), a escolha dos nomes dos personagens por parte do autor é um ato criativo, levando-se em conta o ambiente em que esses personagens vivem e também o poder evocativo e conotativo que os nomes possuem. Sobre essa escolha, Mexias-Simon e Oliveira (2004, p. 63) esclarecem que “o nome do personagem ganha concretização, se já não a possuía. É um recado do autor aos leitores, traça o caráter dos personagens, é parte da trama, vai se transformado em signo linguístico pleno, com significante e significado, se não inteligido, pelo menos intuído”. Marcato (2009, p. 25) acrescenta ainda que a criatividade se manifesta no apelido dos personagens, o qual é, muitas vezes, um elemento com o qual o autor acrescenta detalhes às características desses personagens.

Finalmente, consoante já preconizado por Dauzat (1950, p. 09) acerca da importância dos estudos dos nomes próprios para a compreensão de fenômenos linguísticos, a onomástica literária ou ficcional caminha no mesmo

sentido. De acordo com Marcato (2009, p. 25), ela assume um valor de documentação e/ou registro de aspectos linguísticos, uma vez que atesta formas, variantes, usos locais que, se não fossem as obras literárias, talvez não ficassem registrados.

### 3. O Romantismo no Brasil

O Romantismo é o período literário que inaugura a literatura brasileira propriamente dita. Esse período foi complementar ao processo de constituição de uma identidade brasileira motivada pela independência.

Nesse ínterim, a literatura assume uma função social importante, e a história da literatura revela o interesse político de constituir um cânone que representasse de algum modo a pátria e o seu povo. A literatura, encarada como tendo uma finalidade formativa, priorizou os textos engajados em criar narrativas nacionais. Discursos discrepantes sobre o país foram criados no período, e a eleição de um cânone impôs um discurso dominante.

Vários foram os autores do período que manifestaram o “instinto de nacionalidade”, mas o topo do cânone quem alcançou foi José de Alencar. Numa perspectiva alegórica, Sommer (1994) sugere que os romances indianistas de Alencar funcionam como modelos de uma visão patriótica alegórica, e por isso foram tão afetuosamente acolhidos pelo cânone da nossa literatura.

#### 3.1 O indianismo na literatura romântica brasileira

O indianismo surge da necessidade de eleger um personagem-tipo que representasse o brasileiro arquetípico. Alencar escreve três romances em que índios protagonizam o enredo, colocando-os, contudo, em diferentes contextos e observando-os segundo diferentes perspectivas. *O guarani* retrata um índio entre brancos; *Iracema* inverte essa lógica e mostra um branco entre índios.

*Ubirajara*, por sua vez, é um romance que remonta à época anterior à chegada dos portugueses ao Brasil. Nessa obra, o autor procura representar uma espécie de “estado puro original”, no qual a presença dos brancos ainda não houvesse degenerado os índios.

Alencar inseria muitas notas explicativas em seus romances, grande parte das quais possui íntima relação com o objeto da pesquisa que é empreendida neste artigo: os nomes dos personagens. Seus três romances indianistas estão repletos de explicações, algumas das quais o autor prefere registrar no próprio corpo do texto, destacando com isso sua fundamental importância para a compreensão da história. É o que acontece em relação a *Iracema* (“a virgem dos lábios de mel”), *Moacir* (“aquele que nasceu do sofrimento”), *Ceci* (“aquela que faz sofrer”), *Ubirajara* (“o senhor da lança”), entre muitos outros exemplos, que serão apresentados nos resultados da pesquisa.

É famosa a interpretação do título *Iracema* como um anagrama da palavra América. Embora o autor subscreva a obra como sendo uma lenda sobre o nascimento do Ceará, a trama também é, ao mesmo tempo, uma alegoria da conquista da América pelos povos europeus, representados por Martim, um guerreiro branco cujo nome aponta para Marte, deus da guerra.

Nota-se, portanto, que a configuração dos nomes dos personagens é prenhe de significados. Sua escolha parece não ter sido fortuita, e pode apontar uma relação com a função e o comportamento de cada personagem na história, bem como a alegoria que ela representa. Interpretar de que forma e em que medida isso ocorre é um dos objetivos que pretendemos alcançar neste trabalho.

#### 4. Síntese do enredo de *Ubirajara*

*Ubirajara* é um romance curto e possui um enredo relativamente simples. Os parágrafos são curtos, a ação desenvolve-se às margens do rio Tocantins, e a obra divide-se em nove capítulos. O conflito é desencadeado pelo triângulo amoroso composto por Jandira, virgem araguaia prometida em casamento ao protagonista, e Araci, virgem tocantim por quem este se apaixona. Há um quarto personagem fundamental para as reflexões onomásticas: Pojucã. Esse tocantim é desafiado por Jaguarê, que o vence após intensa batalha e leva-o como prisioneiro. Nesse momento, proclama-se com um novo nome: Ubirajara.

No entanto, descobre-se que Pojucã é irmão de Araci, o que faz Itaquê, o pai de ambos e chefe da tribo, declarar guerra contra a tribo de Ubirajara. Antes, contudo, a tribo dos tapuias ataca os tocantins. A batalha é atroz e, no meio dela, ocorre um fato que altera os rumos da história. Um menino chamado Pahã flecha os olhos de Itaquê. Apesar disso, os tocantins vencem a guerra, e o chefe afirma: “Tupã viu que Itaquê não podia ser vencido pela mão dos homens; e quis vencê-lo ele mesmo pela mão de um menino” (p. 63).

Estando cego, Itaquê oferece seu arco, símbolo do chefe, ao filho Pojucã. Contudo, esse o recusa, por julgar-se indigno. A partir disso, podemos vislumbrar o desenlace da trama. Diante da recusa do filho, Itaquê oferece seu arco a ninguém menos do que Ubirajara: “Empunha o arco de Itaquê, chefe dos araguaias, e tu conquistarás por teu heroísmo uma esposa e uma nação” (p. 67). Essa decisão de Itaquê, salvo seu potencial grau de inverossimilhança, resolve inteiramente o conflito mais espinhoso do romance, pois encerra o problema entre o protagonista e Pojucã, permitindo que a irmã desse último fique livre para casar-se com Ubirajara.

Como se pode ver, os acontecimentos precipitam-se rapidamente num curto espaço de tempo. Resta, porém, um conflito a resolver: o ciúme de

Jandira. Nesse ínterim, Alencar surpreende, abrindo mão de sua visão cristã em favor da aceitação dos costumes indígenas. Com surpresa, observa-se Araci trazendo Jandira pela mão, e ambas se colocam diante do grande herói. O narrador informa, então, que “Ubirajara cingiu ao peito, com um e outro braço, a esposa e a virgem” e disse: “Araci é a esposa do chefe tocantim; Jandira será esposa do chefe araguaia; ambas serão as mães dos filhos de Ubirajara, o chefe dos chefes, o senhor das florestas” (p. 70). E o romance encerra-se com o narrador informando que, assim, formou-se a grande nação dos ubirajaras, que viveu até os caramurus chegarem a essas terras.

## 5. Análise etimológica e simbólica dos nomes dos personagens

A seguir, apresentamos os nomes dos principais personagens do romance, seguidos de uma análise etimológica e simbólica, de acordo com a função e a atuação de cada um deles no enredo. Para isso, valemo-nos das indicações do próprio Alencar, bem como de dicionários etimológicos de nomes próprios de pessoa.

### Jaguarê

Inicialmente, o protagonista chama-se Jaguarê, que significa aquele “que tinha vencido todos os animais, até o temido jaguar”, conforme Alencar (2003, p. 7). Barbosa (1986, p. 50) afirma que esse nome significa “O esconderijo das onças”. Ao longo do texto, ele receberá outros dois nomes, como veremos a seguir. Importante destacar que não sabemos seu nome anterior, isto é, aquele que lhe deram ao nascer. Sabemos seus nomes apenas a partir do momento em que já é um guerreiro adulto.

O nome Jaguarê remete à força do personagem e à sua capacidade de vencer mesmo os animais mais temidos da floresta. Esse nome já indica as

vitórias que o personagem terá, antecipando o seu futuro no enredo. Simbolicamente, essa designação aponta sua supremacia, posto que, para os índios, o jaguar (ou a onça pintada) é o mais poderoso dos animais.

### **Jurandir**

Jaguarê, quando chega à tribo em que vive Araci, chefiada por Itaquê, é recebido com a hospitalidade indígena. Os chefes da tribo reúnem-se e deliberam acerca do nome que o estrangeiro receberá. Era comum entre os índios dar ao hóspede um nome que seria por ele usado no tempo de sua permanência na tribo hospitaleira: “Itaquê deseja dar a seu hóspede um nome que lhe agrade” (2003, p. 36). Para eles, era desonroso perguntar qual nome trazia o estrangeiro. Mas, dessa vez, os chefes hesitam em nomeá-lo, de modo que o próprio Jaguarê escolhe sua nova designação: “– Eu sou aquele que veio trazido pela luz do céu. Chama-me Jurandir” (p.37).

Conforme Alencar, o nome Jurandir origina-se da contração da frase “Ajur-rendi-pira, o que veio trazido pela luz” (2003, p. 89), informação corroborada por Barbosa (1986, p. 53), Andrade (1984, p. 81) e por Obata (1986, p. 121). Esta última acrescenta que o nome tem origem no tupi, “cujo significado é a crista ou cascão em volta do ninho da abelha”, interpretação também dada por Guérios (1973, p. 137). Já Oliver (2005, p. 216) afirma que esse nome foi “criado por José de Alencar para o seu romance *Ubirajara*. Do tupi *jurandira*, de *jura* (boca) e *ndiera* (abelha de mel), sign. 'boca melíflua'. Por extensão, 'o de palavras doces'”. O autor ainda acrescenta que “uma fonte traduziu por 'o que foi trazido pela luz do céu', entretanto não foram encontrados registros que justificassem essa interpretação”.

Esse nome relaciona-se simbolicamente à personagem Araci, interpretada por Alencar como “a estrela do dia”. É graças ao encontro com

Araci que Jaguarê chega à tribo de Itaquê. Se a luz representada pela índia levou Jaguarê até lá, nada mais natural do que denominar-se Jurandir: “trazido pela luz”, interpretação que, como vimos nas palavras de Oliver (2005, p. 216), foi criada por Alencar, provavelmente a fim de ligar os dois personagens por seus nomes.

### **Ubirajara**

Ao derrotar Pojuçã utilizando sua lança, Jaguarê proclama seu novo nome: “Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro terrível que tem por arma uma serpente” (p. 23). A origem do nome Ubirajara remonta ao tupi e significa “senhor da lança, do tacape”, conforme Guérios (1973, p. 207), Obata (1986, p. 188), Andrade (1984, p. 121) e Oliver (2005, p. 306). O único autor que apresenta outra interpretação é Barbosa (1986, p. 81), segundo o qual Ubirajara significa “O dono da floresta”. Ao final do romance, o nome do personagem torna-se nome de uma grande nação indígena, a “nação dos Ubirajaras” (ALENCAR, 2003, p. 70).

As duas interpretações têm relação simbólica com o personagem. A primeira evidencia a arma que ele utiliza, enquanto a segunda aponta o resultado do uso dessa arma, manejada pelo guerreiro que antes derrotara os animais mais temidos da mata: tornar-se o dono da floresta.

### **Pojuçã**

O personagem é o inimigo que Jaguarê encontra na floresta. Este o desafia para um combate, a fim de provar o valor do protagonista. Alencar menciona por duas vezes que Pojuçã significa “valente matador” (2003, p. 19 e p. 22), informação confirmada por Barbosa (1986, p. 67). O combate entre os dois indígenas evidencia a valentia de Pojuçã, embora ele não tenha matado seu

opponente. Alencar (2003, p. 74) explica o significado do nome Pojucã, dizendo tratar-se da contração de uma frase do tupi I-po-jucá, que quer dizer “eu mato gente”.

O sentido do nome de Pojucã procura apresentá-lo como um inimigo à altura de Jaguarê. Trata-se de um nome com intenção de assustar. A batalha entre os dois guerreiros é violenta, intensa, mas o destino de Pojucã não confirma a intenção contida no significado de seu nome: Pojucã não consegue matar “gente” alguma, e, quando é intimado a ocupar o lugar de seu pai como chefe da tribo, não alcança substituí-lo. No entanto, essa sua incapacidade acentua o poder de Ubirajara, o qual, ao mostrar-se superior a um rival como Pojucã, tem todo o direito de proclamar-se “dono da floresta”.

### **Araci**

Conforme Alencar (2003, p. 73), é uma palavra tupi que se compõe de “ara-dia, e sei ou seiy – grande estrela. Este último nome davam os indígenas às plêiades”. No texto, à página 17, o autor afirma que Araci é a “estrela do dia”. Barbosa (1986, p. 17) afirma que o significado do nome Araci é “Mãe do dia, a aurora”, assim como o fazem Obata (1986, p. 32) e Andrade (1994, p. 23). Essas duas autoras acrescentam que o nome pode ser entendido como “cigarra” ou “estrela d'alva”. Para Guérios (1973, p. 76), Araci significa “mãe do dia” e “cigarra”, e ele explica que a interpretação “estrela d'alva” foi dada por Alencar. Para Oliver (2005, p. 346), o nome significa “mãe do dia; filha da luz”, denominação tupi da cigarra. A tradução 'aurora', por sinédoque, proposta por alguns autores, é equivocada. Aqui, a 'mãe do dia' é a cigarra”.

Araci é a “luz” que conduz Jaguarê à tribo e justifica sua mudança de nome (Jurandir, “trazido pela luz”). A imagem de uma mulher representada dessa maneira é recorrente na literatura, inclusive em outros romances de



Alencar. Destaque-se, nesse ínterim, a personagem Lucíola, cuja designação, segundo Alencar (1999, p. 11), “é o lampiro noturno que brilha de uma luz tão viva no seio da treva e à beira dos charcos”. Se, em Lucíola, o protagonista foi atraído pela prostituta, apaixonado por ela desde a primeira vez em que a vira, em *Ubirajara*, ele o foi pela índia, igualmente apaixonado a partir do primeiro instante em que a viu.

### **Jandira**

Alencar (2003, p. 72) explica que o nome provém de Jandaíra, uma abelha que fabrica excelente mel. “Jandira é uma contração mais eufônica daquele nome, que também por sua vez é contração de Jemonhaíra, – que fabrica mel”. Conforme Barbosa (1986, p. 51), Jandira é “A abelha que produz mel”. Ideia semelhante aparece em Guérios (1973, p. 133), Obata (1986, p. 114) e Andrade (1994, p. 78), que afirmam que o nome Jandira é uma forma tupi que significa mel da abelha jandaia ou a própria abelha jandaia. Oliver (2005, p. 427) apresenta uma visão um pouco diferente. Para ele, Jandira significa literalmente “abelha de mel; melíflua”, e a interpretação “mel da abelha jandaia deve ser descartada”.

A referência simbólica do nome à doçura do mel é facilmente explicável em função da idealização romântica da mulher. Deve-se, contudo, chamar atenção para a presença da abelha em seu nome, posto que é Jandira quem contém o “ferrão” do ciúme, o qual precisa ser contornado pelo protagonista. A junção da doçura do mel e da presença antagônica da abelha já fora trabalhada por Alencar no romance *Iracema*, cuja protagonista, segundo ele (2007, p. 40), é “a virgem dos lábios de mel”.

## 6. Considerações finais

Por meio da análise empreendida neste artigo, pode-se afirmar que o objetivo principal foi plenamente atingido, isto é, foi possível estudar os nomes dos personagens principais do romance *Ubirajara* e estabelecer relações entre a etimologia desses nomes e as atuações dos personagens na trama. De posse da análise, chegou-se a algumas conclusões, que estão detalhadas a seguir.

Em primeiro lugar, os nomes dos personagens indígenas não são usados como meras etiquetas identificadoras, como tem sido tradição, sobretudo na cultura antroponímica ocidental, conforme preconiza Dauzat (1950). Existe, no caso de *Ubirajara*, um sentido etimológico claro por trás dos nomes, o qual remete diretamente ao caráter ou ao comportamento dos personagens.

Chega-se, dessa forma, a um aspecto em evidência na tradição antroponímica dos povos primitivos: uma relação siamesa entre o nome e o ser nomeado, ou seja, o nome da pessoa e a própria pessoa são um ser só. Pode-se ilustrar essa situação com a alteração do nome do protagonista, que inicia a história chamando-se Jaguarê, passa a chamar-se Jurandir e chega, finalmente, ao nome *Ubirajara*. Ressalta-se que essas mudanças não são aleatórias, uma vez que sempre existe, por trás do nome, uma motivação, de acordo com as atitudes e as situações vividas pelo personagem, conforme já preconizava Lévi-Strauss (1989).

Arrisca-se a identificar o romance *Ubirajara* como um texto meta-antroponímico, pois, além de os personagens apresentarem nomes dados de acordo com as tradições indígenas, o autor nomeia esses personagens com base na etimologia de palavras de origem tupi e ainda acrescenta reflexões acerca dessa nomeação. Percebe-se, assim, uma preocupação de Alencar na construção dos personagens, o que revela um possível diálogo entre a antroponímia ficcional ou literária e a própria composição literária do autor.

Em *Ubirajara*, parece que os personagens não se constituem como indivíduos singulares, diferentes de seu autor, sendo utilizados como criaturas postas em movimento para atender aos desígnios de Alencar e cumprir os objetivos que o romancista previamente determinou. Nesse sentido, as falas dos personagens ecoam as ideias do próprio Alencar em relação à cultura indígena, numa clara tentativa de idealizá-la (ainda que o autor tente nos convencer do contrário) no bojo das pretensões românticas da época.

Por fim, as reflexões desenvolvidas neste artigo revelam a possibilidade de fazer pesquisa numa área pouco explorada nos estudos antroponímicos brasileiros, que é a antroponímia ficcional ou literária. O presente estudo abre portas para pesquisas futuras, já que a análise dos nomes dos personagens pode ser estendida para outros romances indianistas de José de Alencar, como *Iracema* e *O Guarani*. Abre-se a possibilidade de verificar se, com os personagens indígenas desses últimos, também ocorreu uma preocupação com os nomes dados aos personagens, tal como foi observado em *Ubirajara*.

## Referências

ALENCAR, J. de. **Iracema**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

\_\_\_\_\_. **O guarani**. 25. ed. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ubirajara**. São Paulo: Ática, 2003.

BARBOSA, O. **Dicionário de nomes próprios, indígenas e afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

DAUZAT, A. **Les noms de personnes: origen et évolution Prénoms – Noms de famille – Surnoms**. 4. ed. Paris: Delagrave, 1950.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.

\_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural**. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARCATO, C. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: il Mulino, 2009.

MARTINS, J. R. **Presságios**: o livro dos nomes. São Paulo: Alegro, 2002.

MIORANZA, C. **Filius Quondam**: a origem e o significado dos sobrenomes italianos. 2 ed. São Paulo: Larousse, 2009.

MEXIAS-SIMON, M. L.; OLIVEIRA, A. de M. **O nome do homem**: reflexões em torno dos nomes próprios. Rio de Janeiro: HP, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística**: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf)>. Acesso em: 02 de jul. de 2015.

SEIDE, M. S. Métodos de Pesquisa em Antroponomástica. In: **Domínios de Lingu@gem**, vol. 10, n. 3, jul./set. 2016, disponível em Acesso em 03 de out. de 2016. <http://dx.doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-19>

SOMMER, D. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Recebido em 13.08.2016.

Aprovado em 24.11.2016.